

# AUGUSTO DE FRANCO

## Os diferentes adversários da democracia no Brasil



FRANCO, Augusto (2018). Os diferentes adversários da democracia no Brasil. São Paulo: Dagobah, 2018

<http://dagobah.com.br/os-diferentes-adversarios-da-democracia-no-brasil/>

## APRESENTAÇÃO

Este texto propõe uma nova classificação das forças políticas no Brasil atual do ponto de vista da democracia (no sentido forte do conceito, como processo de desconstituição de autocracia) e não dos arcaicos pontos de vista das posições ocupadas num espectro político referenciado topologicamente (ou "tomograficamente") como direita *versus* esquerda, do tipo: extrema-direita, direita, centro-direita, centro, centro-esquerda, esquerda e extrema-esquerda. E nem do ponto de vista doutrinário (a partir da adesão dos membros de uma força política a doutrinas em vez de tentar identificar comportamentos políticos).

O texto começa examinando uma tentativa de classificação das forças políticas na Europa, proposta por Takis Pappas (2016), para mostrar por que tal classificação não se aplica no Brasil (e, a rigor, nem mesmo na Europa). Em seguida propõe outro ponto de vista, que não admite a existência de democratas iliberais - o que validaria, por exemplo, populistas autoritários e neopopulistas como *players* válidos da democracia (posto que democratas), o que é uma consequência direta do conceito fraco de democracia adotado (reduzida à aceitação do processo eleitoral como meio de verificação da vontade política coletiva).

Do presente esforço nasceu a seguinte classificação (ilustrada no diagrama da Figura 1, abaixo) que será explicada com detalhes ao longo do texto.

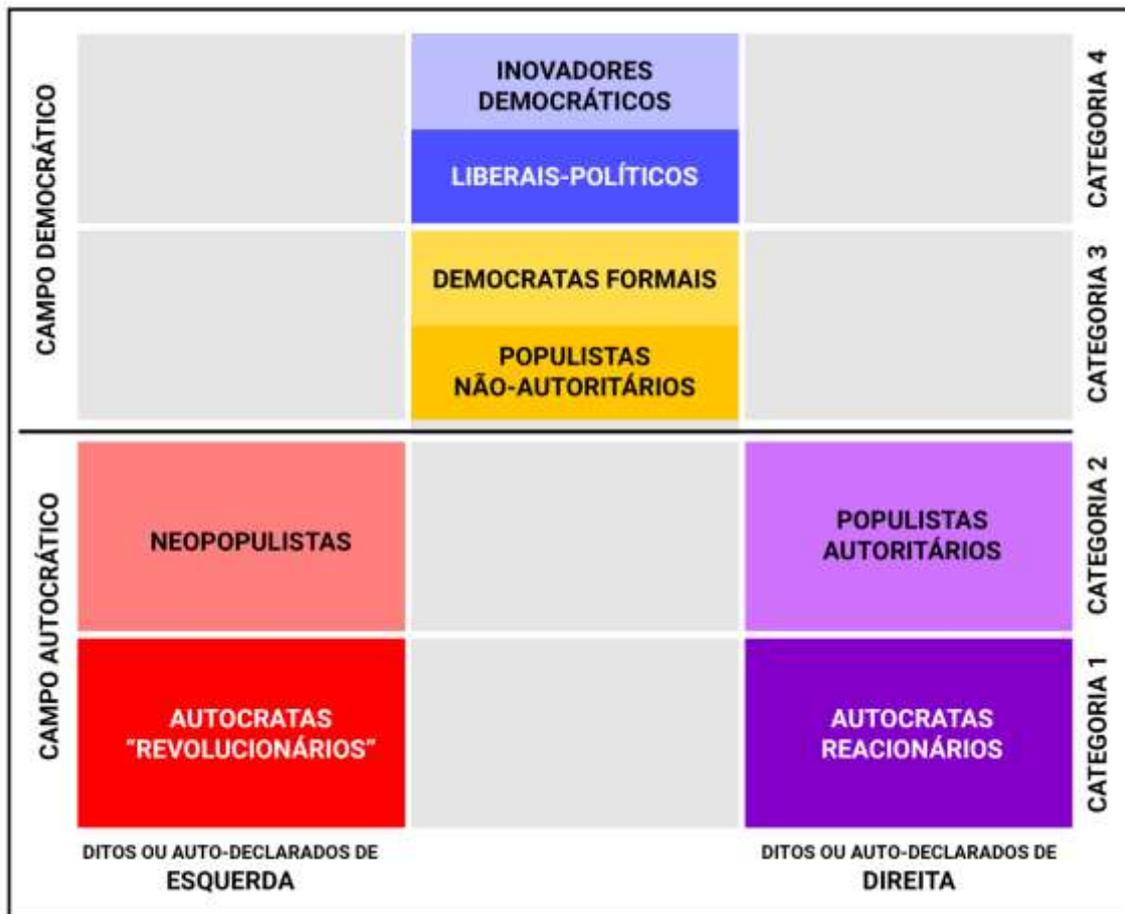


Figura 1 - Classificação das forças políticas do ponto de vista da democracia

## INTRODUÇÃO

Takis S. Pappas, no artigo intitulado *“Distinguishing Liberal Democracies Challengers”* (*Journal of Democracy*, Volume 27, Número 4, Outubro de 2016), propõe uma classificação dos diferentes adversários da democracia liberal no contexto europeu. Veja-se a tradução em português do artigo, intitulada Os diferentes adversários da democracia liberal (1).

Segundo Pappas - que é professor-assistente de política comparada da Universidade da Macedônia em Tessalônica (Grécia) e professor visitante da Universidade Centro-Europeia em Budapeste - seriam três os tipos de adversários da democracia liberal.

Primeiro, os partidos e movimentos propriamente antidemocráticos, de extrema-direita, neonazistas, adeptos da violência física contra seus adversários, ou de extrema-esquerda, como alguns pequenos partidos do Leste Europeu, saudosos do período comunista.

Segundo, os partidos e movimentos nativistas, cujos alvos centrais seriam a integração europeia, vista como inconciliável com a soberania nacional, e a imigração, percebida como incompatível com a conservação de tradições culturais preexistentes.

Terceiro, os partidos populistas, sem aspas, que se distinguiriam dos nativistas por atacar frontalmente as elites e as instituições liberais e dos antidemocráticos por acreditar que o poder se legitima pelo voto da maioria.

Vale observar que populistas e antidemocratas representam forças políticas diferentes na Europa. Na América Latina não é bem assim. No Brasil atual, por exemplo, o bolsonarismo é um populismo antidemocrático (autoritário). E o lulopetismo é um neopopulismo (uma vertente do bolivarianismo) que, ao fim e ao cabo, também é antidemocrático. Por isso a classificação de Pappas não se aplica aqui. Aliás, a rigor, nem na Europa, pois não basta aceitar o jogo eleitoral para ser democrata (2). Hoje os populistas e os neopopulistas adotaram a via eleitoral contra a democracia (3).

Adversários da democracia liberal, por outro lado, é uma expressão redundante se tomarmos o liberalismo no seu sentido político (e não apenas no sentido atribuído pelos adeptos das doutrinas do liberalismo-econômico). Liberais, em termos políticos, são democratas e ponto. Assim, cabe investigar quais são os adversários da democracia (e não apenas da chamada democracia liberal).

## OS DIFERENTES ADVERSÁRIOS DA DEMOCRACIA LIBERAL NA EUROPA (SEGUNDO PAPPAS)

Cabe começar com uma discussão sobre os critérios. Pappas propõe *"uma desagregação inteligente, dividindo nossas categorias de análise ao invés de agrupá-las. À medida que crescem os desafios à democracia europeia do pós-guerra, precisamos de clareza - diz ele. O segredo é atribuir os casos a categorias que sejam mutualmente exclusivas, complementares e empiricamente úteis"*. Ele seleciona então três categorias:

*"Quais são essas categorias? Há três delas. Cada uma é composta por um grupo de partidos e movimentos que se define em oposição a um dos três principais pilares da política europeia pós-1945: representação democrática, um processo gradual de maior integração europeia e liberalismo político. Chamo os inimigos da representação democrática de antidemocratas, os da integração europeia, de nativistas e os do liberalismo, de populistas"*.

Parece óbvio que tal divisão de categorias não se aplica no Brasil e na América Latina (na verdade, nem nas Américas). De qualquer modo, a caracterização de duas delas - os antidemocratas e os populistas - pode ser útil para os esforços de elaborar uma nova classificação, mais adequada à nossa realidade.

Começemos com os antidemocratas, que podem ser de direita ou de esquerda. Os antidemocratas, para Pappas, são os

*"que buscam deslegitimar as bases normativas da democracia representativa e subverter suas estruturas legais e institucionais. Esses partidos podem disputar eleições, mas o fazem enquanto arranjos "antissistema" — cumprem algumas das regras mais visíveis do parlamentarismo, mas desprezam seus princípios e espírito, que prontamente descartariam se pudessem. Esse tipo de adversário está presente tanto na extrema-direita quanto na extrema-esquerda do espectro político europeu. Os antidemocratas da direita normalmente defendem ideologias ultranacionalistas — até mesmo racistas —, focam em questões de segurança, são hostis à UE e posicionam-se fortemente contra a imigração. Os antidemocratas da esquerda seguem comprometidos com a promoção da ditadura do proletariado, condenam a unificação da Europa como uma criação nefasta do capitalismo e estão ideologicamente comprometidos com o internacionalismo para todos os trabalhadores, incluindo imigrantes e refugiados. Todos esses partidos preferem o controle do Estado sobre a economia ao capitalismo e a mercados abertos; os da direita enfatizam a soberania econômica nacional, enquanto os da esquerda enfatizam o coletivismo. Por fim, os partidos antidemocratas tanto da esquerda quanto da direita possuem uma inclinação pela violência e pelo culto à personalidade do líder".*

Como exemplos de partidos antidemocratas de direita, Pappas menciona a Frente Nacional (FN), de Le Pen, da França; o Aurora Dourada (XA) da Grécia; o Jobbik (ou Movimento por uma Hungria Melhor); o Vlaams Block

(VB) da Bélgica, que foi extinto e sucedido pelo Vlaams Belang (Interesse Flamengo); e o neofascista Partido Nacional Britânico (BNP), que desapareceu no final do primeira década deste século.

Registre-se - para comentários ulteriores - que o Aurora Dourada critica o atual sistema (vigente na Grécia) como uma “pseudodemocracia” ou “ditadura parlamentar”. E que o Jobbik caracteriza-se por um forte saudosismo de valores tradicionais (da dinastia dos Habsburgos), que acredita terem se perdido, como os de 'fé, força e determinação', prometendo resgatar esses valores por qualquer meio legal ou ilegal (o Jobbik mantém uma organização paramilitar uniformizada, a Guarda Húngara, que esteve envolvida em vários episódios de violência de rua). Este registro será importante para mostrar as analogias ou isomorfismos com alguns movimentos de direita no Brasil: olavistas e bolsonaristas, por exemplo, costumam dizer que vivemos numa falsa democracia, inclusive usando a mesma expressão 'ditadura parlamentar', enquanto que monarquistas religiosos, como os do Brasil Paralelo, apelam para a restauração de um passado glorioso da espada e da cruz, para a retomada de uma tradição íbero-americana (suposto ramo evolutivo da civilização ocidental cristã, parte do plano de deus para a salvação das almas, na interpretação do pensador retrógrado (ou retrogradador) Olavo de Carvalho); isso para não falar dos intervencionistas, que pregam a volta do regime militar de 1964.

Como exemplos de partidos antidemocratas de esquerda, Pappas cita o Partido Comunista da Boêmia e Morávia (KSCM) da República Checa; a

Frente de Esquerda da França; a Esquerda Unida (IU) da Espanha; o Partido Comunista da Grécia (KKE); e o Die Linke da Alemanha.

Interessante notar que tanto os partidos antidemocratas de direita quanto os de esquerda se colocam, ainda que de maneiras diferentes, igualmente contra a globalização (na verdade, contra a emergência de uma sociedade-em-rede).

Pulando os nativistas, passemos agora aos que Pappas chama de populistas. Ele define populismo minimamente como “iliberalismo democrático”, e usa o termo para descrever uma categoria de partidos cujos membros possuem a característica específica de serem, "ao mesmo tempo, democráticos e iliberais". O que Pappas chama, um pouco confusamente, de democrático, se reduz (ou quase) à aceitação das regras da democracia representativa.

O que Pappas chama de democrático é derivado, portanto, de um dos critérios que ele estabelece para classificar os partidos políticos europeus na democracia liberal: a 'democraticidade'. A democraticidade, para ele, pode ser definida por dois indicadores simples:

*"O partido disputa eleições competitivas? Apoia a democracia pluralista representativa? Se a resposta a ambas perguntas for sim, ele é democrático".*

Como se vê, Pappas não cogita do uso da democracia, notadamente das eleições, contra a democracia (que é o que caracteriza, por exemplo, os partidos bolivarianos) e com isso sua análise se revela ainda mais

inadequada em contextos extra-europeus (como os latino-americanos) e, inclusive, em termos de influência, em contextos para-europeus (como a Rússia de Putin, por exemplo).

O segundo critério adotado por Pappas é

*"o "liberalismo", determinado pelo comprometimento com as seguintes proposições: é normal que a sociedade esteja dividida entre muitas — e às vezes transversais — clivagens; a melhor maneira de lidar com essas clivagens é por meio de um debate aberto e livre, sob uma cultura política que valoriza a moderação e busca o consenso; e o Estado de direito e os direitos de minorias precisam ser respeitados. Partidos iliberais contrastam fortemente com tudo isso. Eles veem a sociedade dividida por uma única clivagem, separando a vasta maioria do "establishment"; eles encorajam a polarização e rejeitam acordos; e sua crença de que representam a maior e melhor parte "do povo" torna-os propensos à intolerância em relação às minorias, impaciência com legalidades institucionais e inclinação para o majoritarismo puro".*

Como exemplos de partidos populistas, Pappas cita o Movimento Socialista Pan-Helênico (PASOK), de Andreas Papandreou, na Grécia; o Força Itália (que posteriormente integrou uma coalizão conhecida como O Povo da Liberdade), de Silvio Berlusconi, na Itália; o Fidesz, de Viktor Orban, da Hungria; o Direção (Smer), de Robert Fico, que fundiu-se a vários partidos tornando-se a Direção Social-Democracia (Smer-SD), na Eslováquia; a Coalizão da Esquerda Radical (Syriza) associada à direita

nacionalista conhecida como os Gregos Independentes (ANEL), na Grécia; o Podemos, associado à Esquerda Unida (IU), na Espanha; e o partido Lei e Justiça (PiS) dos irmãos Jaroslaw e Lech Kaczynski, na Polônia.

Uma constatação importante é que, para Pappas, *"o populismo pode prosperar tanto à direita (como na Hungria, Itália e Polônia) quanto à esquerda (como na Eslováquia e na Espanha). Na Grécia, notavelmente, ele se tornou poderoso em ambos os lados do espectro político. O governo grego é uma aliança esquerda-direita: Syriza e ANEL governam juntos sem grandes desavenças"*. Ou seja, existem agremiações populistas de direita (ANEL, Fidesz, Força Itália, PiS) e de esquerda (PASOK, Podemos, Smer-SD, Syriza).

A conclusão de Pappas merece ser reproduzida na íntegra:

*"O populismo, que é a contraparte e a negação do liberalismo político, é, de longe, o adversário mais ameaçador. Como demonstram pesquisas empíricas, ele prospera onde as instituições políticas — especialmente o Estado de direito e as salvaguardas de direitos de minorias — são fracas e onde a polarização e tendências majoritárias são fortes. Em tais ambientes, partidos populistas devem conseguir conquistar o poder via eleições e até mesmo se reeleger. O populismo é uma ameaça porque possui uma característica contagiante — o aparecimento e ascensão de um partido populista costuma conduzir outros partidos de um país a uma direção populista — e porque o populismo pode levar à*

*decadência de instituições liberais e à consolidação de um sistema político iliberal".*

Visto isto, passemos ao propósito deste artigo que é identificar os diferentes adversários da democracia no Brasil.

## OS DIFERENTES ADVERSÁRIOS DA DEMOCRACIA NO BRASIL

Preliminarmente é preciso afirmar que qualquer classificação dos diferentes adversários da democracia só faz sentido - e é quase um truísmo dizer isso - do ponto de vista da democracia. Dissemos que é quase um truísmo porque depende do que entendemos por democracia. Se entendemos por democracia o modo político de administração do Estado inventado pelos modernos e replicado meio em série como um modelo nos últimos dois séculos no plano internacional (ou seja, para os países ou Estados-nações), a democracia representativa e o chamado Estado de direito, isso é diferente de tomar a democracia, no sentido forte do conceito, como um processo de desconstituição de autocracia (ou seja, o processo de democratização que incide sobre os diversos tipos de agenciamento: não apenas sobre o Estado, mas também sobre o mercado e a sociedade, chamada de sociedade civil antigamente, quer dizer, antes da emergência da sociedade-em-rede, *i. e.*, da "descoberta" das novas comunidades glocais e das redes mais distribuídas do que centralizadas de pessoas). Ora, um modelo é diferente de um processo.

Não há um modelo de democracia que possa servir de referência para se dizer o que é e o que não é democracia. Toda vez que o processo de democratização consegue, mesmo intermitentemente, prosseguir, dizemos que estamos numa democracia, devendo-se entender por isso o seguinte: estamos conseguindo tornar modos de regulação de conflitos menos autocráticos e padrões de organização menos hierárquicos, nada

garantindo, porém, que vamos definitivamente para o céu: sempre pode haver retrocesso quando – no caso da democracia dos modernos (a democracia representativa realmente existente nos países que a adotam) – restringe-se a liberdade, viola-se a publicidade, fraudada-se a eletividade, falsifica-se a rotatividade, descumpre-se a legalidade e degenera-se a institucionalidade. Quando algumas dessas coisas são feitas a partir de certo grau que começa a inviabilizar a continuidade do processo de democratização, dizemos que não estamos mais numa democracia (ou seja, que a democracia que temos não está mais conformando-se como um ambiente favorável a caminharmos em direção às democracias que queremos). Mas os limites não são fixos.

Desse último ponto de vista, da democracia como processo de democratização, temos então quatro categorias para classificar as forças políticas, sendo que apenas as duas primeiras caracterizando os adversários da democracia: os que recusam a democracia realmente existente e pretendem aboli-la ou alterar o caráter democrático do regime político vigente; os que usam a democracia (notadamente as eleições) contra a própria democracia (para enfrear o processo de democratização); os que querem usar ou manter a democracia tal como ela está organizada e funciona; e os que querem a continuidade do processo de democratização. Os primeiros são os retrógrados ou retrogradadores, denominados aqui de autocratas reacionários, e os autocratas "revolucionários" (entre aspas), ambos claramente contra-liberais; os segundos são os populistas autoritários e os neopopulistas, todos iliberais; os terceiros são os populistas não-autoritários e os democratas formais; e

os quartos são os liberais (no sentido político do termo) e os inovadores democráticos.

Examinemos agora cada uma dessas categorias.

### **CATEGORIA 1 - AUTOCRATAS REACIONÁRIOS E AUTOCRATAS "REVOLUCIONÁRIOS"**

São os que recusam (por qualquer motivo) a democracia realmente existente (a democracia como modelo de administração política do Estado), ou seja, a representação e as normas que a regem e o Estado democrático de direito. Incluem-se nesta categoria, inclusive, os que - dizendo-se de direita ou de esquerda - concorrem a eleições como tática de *agitprop*, para conquistar adeptos e, se for possível, para assumir posições legislativas ou executivas no Estado. Em geral os que fazem isso usam a democracia para aboli-la ou restringi-la, seja por meio de um golpe de Estado, via-de-regra com o apoio das forças armadas e policiais, seja por meio de formas ilegais de luta (consideradas revolucionárias - a insurreição popular, o que era chamado de foquismo, a guerrilha, a guerra popular - e que têm como objetivo a tomada do poder de Estado por meio da quebra da institucionalidade vigente).

Não se deve desprezar aqui os fascismos contemporâneos. Não é coisa do passado a via pela qual Hitler tomou o poder na Alemanha. O Jobbik, desde 2007, mantém uma organização paramilitar uniformizada, a Guarda Húngara, que esteve envolvida em vários episódios de violência de rua. Os

*colectivos* chavistas na Venezuela, como Tupamaros e La Piedrita, treinados por assessores político-militares da ditadura cubana e armados pelo regime bolivariano, tocam o terror nos bairros de Caracas e de outras cidades, inclusive cometendo assassinatos de opositores e promovendo saques aos estabelecimentos comerciais (e isso para não falar das milícias bolivarianas, oficializadas pelo próprio regime).

Em geral se enquadram, nesta primeira categoria, forças políticas ditas de direita ou de esquerda: todos os anticomunistas (o que é não é a mesma coisa de ser contra o comunismo) e, paradoxal, mas significativamente, todos os comunistas (que ainda estão, ambos, na *vibe* da guerra fria).

Por exemplo, mais à direita, os que dizem que não há democracia no país, que a democracia não passa de ditadura da maioria ou, pior, de uma ditadura de elites políticas corruptas que controlam o governo e o parlamento. E também, mais à esquerda, os que, defendendo pontos de vista marxistas, argumentam que a democracia representativa é apenas um modo para mascarar a dominação de classe ou viabilizar a estabilidade e a reprodução de formas de exploração, opressão e dominação dos ricos sobre os pobres, da burguesia sobre o proletariado e sobre as demais classes trabalhadoras, das elites sobre o povo, dos incluídos sobre os excluídos - formas essas que seriam necessárias (ou inerentes) à realização do capitalismo como modo de produção.

## **Autocratas reacionários**

Como exemplos de correntes de opinião e forças políticas que se enquadram - ao menos parcialmente - nesta categoria, temos, entre as consideradas de direita: os monarquistas e outros agrupamentos laicos e religiosos tradicionalistas (meio no estilo da velha TFP - Tradição, Família e Propriedade, do ultraconservador Plínio Correa de Oliveira), que colonizaram, em parte, grupos emergentes como o Brasil Paralelo, de Leandro Ruschel e outros (que parece ter sido recentemente comprado pelo príncipe Luiz Philippe de Orleans e Bragança, do movimento Acorda Brasil), a iniciativa de Allan dos Santos e Italo Lorenzon (e da turma do Terça Livre); os diferentes grupos intervencionistas, que pedem a volta da ditadura militar (como Renato Tamaio e a turma do SOS Forças Armadas e, talvez, o Marcelo Reis e a turma do Revoltados Online); os conspiracionistas antiglobalistas, como os influenciados pela pregação autocrática do filósofo reacionário Olavo de Carvalho: o que vai além dos seus discípulos diletos, como Rodrigo Gurgel e Flávio Gordon, atingindo numerosos expoentes da chamada "nova direita" que intervêm no debate público, como (para citar apenas alguns exemplos, em ordem alfabética): Alexandre Borges, Ana Paula, Bia Kicis, Bruno Garschagen (e, em parte, a turma do Instituto Mises Brasil), Carla Zambelli (e a turma do Nas Ruas), Felipe Moura Brasil, Flavio Morgenstern, Filipe Martins (e a turma do Senso Incomum), Joice Hasselmann, talvez Lobão e Roger Moreira, Nando Moura e numerosos outros menos conhecidos (incluindo os seus - do Olavo - proclamados milhares de alunos). No geral, todos são defensores de Donald Trump (e admiradores da *alt-right*) e do brexitismo. Mais do

que isso, todos - mesmo declarando o contrário - são estatistas (no sentido político do termo). Nada disso significa, porém, que os nomes citados acima possam ser, todos, enquadrados nesta primeira categoria de adversários da democracia.

### **Um parêntesis sobre o estatismo**

Cabe aqui uma breve nota sobre o estatismo. O estatismo é um comportamento político que se caracteriza por uma desvalorização da racionalidade da sociedade (julgada, não raro, inexistente ou apenas um epifenômeno) em relação à racionalidade do Estado (para o estatismo a sociedade é uma espécie de *dominium* do Estado, quase no sentido feudal do termo) e por uma desconfiança na capacidade de autorregulação do mercado (e da própria sociedade). Assim, o estatismo é um estadocentrismo. Mas o problema (que os adeptos das doutrinas do liberalismo-econômico não percebem) é que o estatismo não se opõe apenas ao mercadocentrismo (a atribuição ao mercado de um papel regulador não só da economia, mas da sociedade: o que é um transbordamento ou um deslizamento da regulação que funciona em um campo de eventos para outro campo de eventos, regidos por lógicas distintas) e sim à autonomia da sociedade, à sua subsistência por si mesmo, com racionalidade própria (e não derivada ou emprestada do Estado ou do mercado) e é por isso, fundamentalmente, que todo estatismo é antidemocrático: não porque seja contra uma impossível regulação mercantil da sociedade (já que é a economia que tem ser de

mercado, não a sociedade) e sim porque é contra uma regulação social (ou societária) da sociedade. Sem uma regulação social da sociedade não poderia ter surgido a democracia, de vez que a *polis* não era a cidade-Estado e sim a *koinonia* (a comunidade) política e que a *polis* – como sacou genialmente Johannah Arendt (1958), em *A condição humana* – não era Atenas (a entidade abstrata, o Estado) e sim os atenienses (a rede concreta de pessoas que geraram a democracia por meio das suas conversações na *Agora*, uma praça publicizada, tornada, pela interação dos atenienses livres, um espaço público, quer dizer, não privatizado pelo autocrata). Os que acham que só a partir do Estado se pode promover transformações na sociedade são estatistas (no sentido político do termo). O mesmo vale para os que exaltam e reificam a noção de nação (já que quase todas as nações contemporâneas são Estados-nações). Assim, a questão do estatismo, antes de ser um tema econômico, é matéria da política. O estatismo, em termos estritamente políticos, é um comportamento (político) que não se caracteriza apenas, nem principalmente, pelo fato do Estado se meter na economia. A questão central, para a democracia, é o padrão de relação Estado-sociedade e não o padrão de relação Estado-mercado. Isso, por certo, é também muito importante, mas não pode elidir a questão central. Estatistas, em termos políticos – convém repetir – pensam que cabe ao Estado promover transformações na sociedade, conduzir a sociedade, educar a sociedade. Resumindo: o estatismo é definido como um tipo de comportamento político conforme a uma visão estadocêntrica do mundo que não reconhece, para além do Estado, a autonomia – e, em alguns casos, a legitimidade – de outros modos de agenciamento, como o mercado e a

sociedade civil, as comunidades glocais e as redes (mais distribuídas do que centralizadas) de pessoas.

### **Olavo de Carvalho**

Olavo de Carvalho é um capitulo à parte. Não há outro lugar para ele, na presente classificação, a não ser nesta primeira categoria de adversários da democracia. A narrativa de guerra urdida por esse autocrata religioso (uma guerra, já em curso, entre defensores nacionalistas da civilização ocidental judaico-cristã *versus* todos os tipos de globalistas, dos grandes capitalistas e seus servidores, como George Soros, Obama, os Clinton e os membros do Clube de Bilderberg, passando pelo comunismo internacional, até os islamitas que estão invadindo o ocidente) tem um efeito difuso, ampliado e deletério sobre a democracia. Seu maior feito foi ter criado (ou adaptado às condições brasileiras) o fantasma do globalismo, estimulando o crescimento de uma direita em tudo semelhante - como comportamento político (não como conteúdo doutrinário) - à esquerda (4).

Como já foi mostrado, no texto linkado imediatamente acima,

*"o fantasma do neoliberalismo foi criado pela esquerda nos anos 90 do século 20 para refugar o liberalismo (não apenas o econômico, mas o político, quer dizer, a democracia). O fantasma do globalismo foi criado pela direita nos anos 10 do século 21 para rejeitar a globalização política e cultural (quer dizer – pulando algumas*

*passagens da argumentação – também a democracia). Ambas são ideologias bicho-papão construídas instrumentalmente por adversários da democracia (não importa se ditos de esquerda ou de direita) para estabelecer uma guerra (ou manter a perversão da política como continuação da guerra por outros meios) e para fornecer doses do veneno do ódio necessário para arregimentar e reproduzir contingentes de militantes cuja função precípua é espalhar inimizade no mundo".*

É provável que muitas pessoas e movimentos sob influência do olavismo não possam ser justamente enquadrados nesta primeira categoria de antidemocratas (algumas, claramente, se encaixariam melhor na segunda categoria, que será tratada em seguida). Mas como Olavo declinou seu apoio ao autocrata e ex-capitão Jair Bolsonaro, admirador de ditaduras de direita e da tortura, que é candidato à presidente nas próximas eleições de outubro, todos (ou quase todos) os atores políticos sob influência do olavismo tendem também a ser bolsonaristas (ou, pelo menos, eleitores de Bolsonaro).

## **O bolsonarismo**

Numa avaliação informal, que foi publicada no artigo Quem é a "nova direita" hoje no Brasil, estimamos que cerca de 70% de todos os atores políticos mais expressivos, com presença regular no debate público, que se dizem ou são apontados como pertencendo à "nova direita" brasileira, estão sob influência do olavismo ou do bolsonarismo (5).

O bolsonarismo - mais do que Jair Bolsonaro - também é um capítulo à parte. Jair Bolsonaro, ao que tudo indica, é apenas um oportunista eleitoreiro que descobriu que o discurso conservador no que tange aos costumes e intolerante diante da criminalidade (do tipo "bandido bom é bandido morto") dava votos na sua base eleitoral (o Rio de Janeiro). Com isso acumulou sete mandatos eletivos consecutivos e conseguiu - o que parece ter sido o seu objetivo, pelo menos até agora - viver da política (aumentando seu patrimônio) e colocar progressivamente sua família na política (três dos seus filhos foram eleitos e tendem a manter os seus mandatos). Outra coisa é o bolsonarismo, um movimento que vem crescendo, sobretudo nas mídias sociais, majoritariamente composto por pessoas jovens, sem muito trato intelectual, jejunas de experiência política democrática e em geral avessas à democracia. No núcleo desse movimento há uma turbamulta vil de seguidores fanatizados, aguerridos e intolerantes, que chamam seu líder de mito (os chamados *bolsominions*). O número de eleitores de Bolsonaro, entretanto, segundo todas as pesquisas de opinião disponíveis, é muito maior do que o de seus fiéis, aparecendo sempre em segundo lugar nas intenções de voto para 2018 (com cerca de 20%).

Ainda que os *bolsominions* sejam, claramente, representantes da primeira categoria de adversários da democracia, parte dos eleitores potenciais de Bolsonaro não poderia ser nela enquadrada.

## **Autocratas "revolucionários"**

À esquerda temos, ainda nesta primeira categoria de adversários da democracia, algumas organizações e partidos comunistas, como o PCB (o velho Partido Comunista do Brasil não reciclado), o PCO (Partido da Causa Operária), o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado) e, na fronteira com a segunda categoria (examinada abaixo), o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). Aqui também caberia, a julgar pelo seu conteúdo doutrinário, o PCdoB (Partido Comunista do Brasil), conquanto este seja um caso de completa esquizofrenia organizativa, que consegue aliar rigidez estratégica (talvez seja um dos únicos partidos brasileiros que apoia o ditador coreano Kim Jong-un) com total flexibilidade tática (sem pejo de fazer alianças com qualquer "inimigo de classe" desde que leve alguma vantagem): um caso de oportunismo jamais visto na história do chamado movimento operário internacional. O mesmo vale, *mutatis mutandis*, para o antigo (e praticamente extinto) MR8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro).

Temos ainda, na primeira categoria de adversários da democracia: a direção do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), uma organização política escondida dentro de um falso movimento social que atua - em parte taticamente - como correia de transmissão do PT; a direção da CUT e de alguns sindicatos e associações profissionais cutistas (que são verdadeiras organizações políticas disfarçadas); e, talvez, o núcleo dirigente do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto).

Essas direções ditas revolucionárias, clandestinas, em sua maioria, têm autonomia estratégica em relação ao PT (ainda que haja uma ponte, consolidada ao longo de décadas, entre elas e o núcleo duro da organização política criminoso que dirige de fato o PT e com a assessoria de Lula).

## **CATEGORIA 2 - POPULISTAS AUTORITÁRIOS E NEOPOPULISTAS**

São os que usam a democracia contra a própria democracia (para enfrear o processo de democratização). Igualmente ao primeiro grupo (classificatório) temos aqui os que concorrem às eleições com o fito de tomar o poder de Estado.

Mas diferentemente dos mencionados anteriormente, a via eleitoral é aqui adotada não apenas como tática e sim como estratégia principal para chegar ao governo e, a partir daí, tomar o poder.

Aqui também podemos ter forças políticas consideradas de direita e de esquerda.

### **Populistas autoritários**

À direita, o populismo autoritário, que adota a via eleitoral (tentando, por exemplo, ganhar setores decisivos do Estado e da sociedade para operar uma mudança de regime). O populismo autoritário espera, em algum momento, a adesão das forças armadas (ou de setores das forças

armadas) e policiais e conta com uma forte pressão de setores médios radicalizados da sociedade, em geral conservadores nos costumes (como os religiosos evangélicos que se metem em política) e capazes de alimentar um emoção de revolta, instrumentalizando o moralismo popular, o ressentimento social e a vontade de revanche contra o velho sistema político (tido por irrecuperável porque corrupto e apontado como o principal responsável por todos os males que assolam a nação).

O principal exemplo de populismo autoritário, dito de direita, é o próprio Jair Bolsonaro & *famiglia* e os bolsonaristas não-fanáticos (eleitores e admiradores de Bolsonaro, que o apoiam e que, por analfabetismo democrático e político, apostam que ele será capaz de colocar ordem na casa no grito). Os *bolsominions*, militantes dispostos a pagar qualquer preço para dar um choque no sistema político (na verdade, para destruí-lo), na sua maior parte estão, como vimos anteriormente, na primeira categoria dos adversários da democracia.

### **Neopopulistas**

À esquerda temos a via neopopulista do PT (com alguns traços em comum com à via Putin), que prevê um processo relativamente longo de aparelhamento do Estado e de degeneração das instituições (que serviriam às elites), com a conquista de maioria no parlamento (se for preciso de modo artificial, com a compra ou aluguel de congressistas - como ocorreu no chamado mensalão) e o controle do judiciário (por meio de nomeações partidárias para os tribunais superiores) e do ministério

público (através das corporações de procuradores). Esta via também prevê o enraizamento nas principais instituições da sociedade (universidades e escolas, igrejas, sindicatos, centrais e associações profissionais, ONGs, escritórios de advocacia, meios de comunicação, setores artísticos e culturais etc.), o estabelecimento de alianças de longo prazo com parte do empresariado (grandes empresários escolhidos como amigos do poder e promovidos à condição de campeões nacionais, tal como foi feito pela FSB com os oligarcas de Moscou): os exemplos mais significativos são a Odebrecht, a OAS, a Friboi e as empresas X de Eike Batista. Tudo isso é feito para, enfim, tomar o poder (ou seja, estabelecer uma hegemonia sobre a sociedade a partir do Estado controlado pelo partido oficial).

Essa estratégia já foi exposta de modo resumido, porém cabal, no artigo Decifrando a via neopopulista (6). Cabe registrar que a via neopopulista é uma espécie de vacina contra derrotas eleitorais: uma vez implantada, a partir de certo ponto de enraizamento institucional e social, ela dificilmente poderá ser removida apenas por meios eleitorais.

Como exemplos da via neopopulista podemos citar o chavismo e os diferentes bolivarianismos: como o madurismo na Venezuela atual (que descambou prematuramente para uma ditadura); o evoismo na Bolívia; o correísmo e agora o leninismo-moreno no Equador; o sandinismo de segunda geração, de Ortega, na Nicarágua; o kirchnerismo na Argentina; e o lulopetismo no Brasil - sendo que estas duas últimas tentativas sofreram sérios revezes e não puderam se implantar suficientemente, seja pela vitória eleitoral de Macri (o que deve ser visto como uma singularidade),

seja pelo impeachment de Dilma Rousseff. Essa via - também chamada, pelos novos teóricos da autocracia que infestam as universidades, como Boaventura de Souza Santos, de 'socialismo do século 21' - também foi tentada, sem grande sucesso, em El Salvador de Mauricio Funes, no Paraguai do ex-bispo católico prolífico Fernando Lugo e em outros países da América Latina. No Uruguai, onde a democracia está mais consolidada, nem mesmo o governo de esquerda de Pepe Mujica (aliado incondicional dos bolivarianos) conseguiu bolivarianizar o regime.

É importante ressaltar que a via neopopulista não quer, preferencialmente, pelo menos nos seus estágios iniciais, concorrer à eleições para fraudar ou abolir as eleições. Ela só fará isso em último caso, se constatar que perderá o governo eleitoralmente. E mesmo assim se tiver forças para tanto (em especial o apoio do judiciário e das forças armadas), como ocorreu na Venezuela de Maduro. O propósito da via neopopulista é vencer eleições sucessivamente para ficar no governo por tempo indeterminado. Esse detalhe, em geral, escapa das análises mais toscas, que acabam não vendo as diferenças entre o neopopulismo e o populismo autoritário e, mesmo, entre ambos e as forças retrógradas e autocráticas explícitas (como os autocratas reacionários e os autocratas "revolucionários").

### **CATEGORIA 3 - POPULISTAS NÃO-AUTORITÁRIOS E DEMOCRATAS FORMAIS**

São os que querem usar ou manter a democracia tal como ela está organizada e funciona. Ou seja, esta terceira categoria não é composta por adversários da democracia, ainda que não caracterize adequadamente os democratas no sentido forte do conceito.

#### **Populistas não-autoritários**

Entre os populistas não-autoritários está a maior parte da (indevidamente) chamada "classe política". São os políticos "normais", às vezes por vocação, mas sempre por profissão (a política como meio de ganhar a vida) ou oportunismo (a política como meio de ascensão social, de se destacar ou de ser mais importante do que os outros, de usufruir privilégios e de ter algum poder). Sim, os políticos realmente existente - os *hoi politeuomenoi* de nossos dias - são, em sua imensa maioria, populistas, porém no sentido original da palavra: são demagogos que se aproveitam da primeira falha genética da democracia, já percebida pelos antigos atenienses do século 5 AEC, que é a de não ter proteção eficaz contra o discurso inverídico.

Os políticos corruptos, que praticam a corrupção tradicional, endêmica na política (desde que existe política) e que não têm qualquer motivo para alterar o DNA do regime democrático, posto que vivem dele, estão também nesta categoria. Mas não os políticos corruptos que praticam a

corrupção com motivos estratégicos de poder, que roubam para o partido ou para financiar um esquema paralelo de poder (cuja maioria é encontrada nos adeptos da via neopopulista de adversários da democracia: a segunda categoria examinada aqui) e que pretendem, em alguma medida, modificar a natureza do regime (tentando operar um golpe de Estado em doses homeopáticas) (7) A confusão entre esses dois tipos de corrupção é muito comum e amplamente feita pelas pessoas sem intimidade com a análise política, ademais de ser instrumentalizada pelos populistas autoritários e pelos jacobinos que querem fazer cruzadas de limpeza ética, praticando a antipolítica robespierriana da pureza (8).

### **Democratas formais**

Entre os democratas formais - presentes também nesta categoria - estão aqueles que confundem democracia com Estado de direito, que acham que a democracia é isso mesmo que está aí nos países considerados democráticos, plena ou defeituosamente, por todos os *rankings* reconhecidos internacionalmente de democracia, como o Freedom in the World da Freedom House e o Democracy Index, da The Economist Intelligence Unit (9) - a democracia representativa, política e formal - que os modernos inventaram no século 17 e que só deve valer como modo de administração política da forma Estado-nação (que tomam por eterna, ou quase) (10)

Para os democratas formais, que até tomam a democracia como um valor universal, porém no sentido fraco do conceito (como forma de

administração política do Estado e não como processo de desconstituição de autocracia onde quer que ela se manifeste), trata-se de não violar o Estado de direito. Ha aqui uma evidente confusão entre democracia e Estado de direito (11). Estão nesta subcategoria os adeptos das doutrinas do liberalismo-econômico, defensores de uma visão mercadocêntrica do mundo, que embora aceitem a democracia como um valor, não a promovem à condição de valor principal da vida pública (e muito menos da vida privada). Atores políticos deste tipo são, para citar apenas alguns exemplos mais conhecidos, Fábio Ostermann (e a turma do Livres ex-PSL), João Amoêdo (e a turma do partido Novo), Marcelo Faria (e a turma do Ilisp), bem como boa parte das pessoas que se agrupam em torno dos institutos liberais (de tendência von misista e hayekista ou influenciados por outros membros da Escola Austríaca - Carl Menger, Eugen von Böhm-Bawerk, Henry Hazlitt, Israel Kirzner, Murray Rothbard - e que são admiradores, em alguns casos, do pensamento de Ayn Rand e de outros pensadores economicistas, libertários ou não).

E também se enquadram nesta categoria alguns conservadores e liberais-conservadores, que vão pelo mesmo caminho, em geral admitindo a democracia na falta de um regime melhor, na linha do famoso dito de Winston Churchill (12). Bons exemplos desses atores políticos são, no Brasil atual, Luiz Felipe Pondé e João Pereira Coutinho, Reinaldo Azevedo, Rodrigo Constantino (e a turma do Instituto Liberal) - estes últimos mais conservadores do que propriamente liberais (13).

## Jacobinos

Existem diferenças significativas entre democratas formais e populistas não-autoritários. Os primeiros são defensores do Estado de direito (às vezes de modo ferrenho, beirando o legalismo) enquanto que os segundos, em frequentes situações, querem escapar do Estado de direito, ou levados pelo realismo político (cometendo atos ilegítimos em regimes democráticos - como a jactância e a mentira - ainda que não ilegais), ou porque violaram mesmo as leis.

Não há como limpar a política dos populistas (não-autoritários) que delinquem, como parecem querer os moralistas e os que os instrumentalizam com objetivos corporativos (de controle do Estado) ou políticos (de tomada do poder de Estado, ainda que por vias legais). Porque não há como transformar homens em anjos: e, se houvesse, isto jamais poderia ser objeto da democracia. Para a democracia, aliás, não seria bom transformar homens em anjos, pois isso equivaleria a acabar com a política (que é a "utopia" - na verdade uma *topia* - da democracia: querer que os seres humanos convivam como seres políticos, autorregulando seus conflitos de modo não-guerreiro). A democracia não busca qualquer perfeição, do ser humano ou da sociedade e sim, apenas, viver sem um senhor.

Assim, populistas não-autoritários, inclusive políticos corruptos, quando pegos pelo Estado de direito, devem pagar por seus crimes. Mas isso faz parte do metabolismo normal da democracia realizada em Estados-nações e não pode virar um projeto político comandado de dentro do Estado,

como querem os jacobinos. O grau de corrupção endêmica na política depende da morfologia e da dinâmica da sociedade, sendo inversamente proporcional aos níveis do seu capital social. Por mais cruzadas de limpeza ética que forem realizadas, a Etiópia não virará a Nova Zelândia e a Somália não se igualará, deste ponto de vista (da incidência de corrupção, na política e em outras atividades), à Noruega (14).

Como já foi mostrado no artigo Por que o combate à corrupção pode ser mais nefasto do que a própria corrupção (15), o jacobinismo (16) pode acabar, objetivamente, fortalecendo (em vez de enfraquecer) os adversários da democracia, como os populistas autoritários (que sejam vistos como honestos) e os neopopulistas (pois se o objetivo da política é acabar com a corrupção e se quase todos são, em alguma medida, corruptos, então os eleitores concluirão que é melhor ficar com os neopopulistas corruptos que, pelo menos, estão do lado do povo ou dos pobres).

A despeito das considerações acima, todos esses (da terceira categoria) estão no campo democrático, por certo e, como tais, jamais poderiam ser enquadrados nas duas categorias de adversários da democracia (as duas primeiras categorias examinadas acima).

#### **CATEGORIA 4 - LIBERAIS NO SENTIDO POLÍTICO E INOVADORES DEMOCRÁTICOS**

Os liberais (no sentido político do termo) e os inovadores democráticos são os que querem a continuidade do processo de democratização (e não apenas usufruir da democracia realmente existente ou manter o modelo, inventado pelos modernos, que acabou se expandindo para numerosos países do mundo, juntamente com a *forma* Estado-nação, no século 20, como são os casos dos populistas não-autoritários e dos democratas formais examinados na categoria anterior).

Não é demais repetir que a democracia realmente existente na atualidade é a democracia reinventada pelos modernos como democracia representativa. O problema é que ela é coetânea à construção da forma Estado-nação. E como o Estado (qualquer forma de Estado) é um fruto da guerra (no caso do Estado-nação europeu moderno, da paz de Westfália), a democracia acabou servindo como modo de administração política de uma estrutura geneticamente guerreira, para tentar mitigar o Leviatã com a fórmula do Estado democrático de direito. Então qual é realmente o problema? O problema é que a democracia não deveria valer apenas para isso, para domesticar Estados. A democracia é um processo de desconstituição de autocracia onde quer que ela se manifeste (nas famílias, escolas, igrejas, corporações sindicais, organizações sociais, universidades, empresas – além, é claro, de órgãos estatais). Ademais, não é só o Estado que é ou não é democrático em alguma medida e sim também as demais estruturas sociais. Ou medimos tudo isso, ou não medimos o que realmente importa: em que medida comportamentos que

refratam a regulação de conflitos de modo mais autocrático do que democrático se reproduzem na sociedade.

Considerando que a democracia que temos (a democracia representativa, realizada em Estados-nações) é condição necessária para alcançar as democracias que queremos (ou, em outras palavras, para a continuidade do processo de democratização, tanto do Estado quanto da sociedade) seria necessário, em primeiro lugar, definir critérios para avaliar o grau de realização da democracia representativa em Estados-nações do ponto de vista da continuidade do processo de democratização.

Liberais-políticos são capazes de aceitar isso, ou seja, estão de acordo em pensar em critérios de legitimidade da democracia realmente existente, partindo dos critérios de Ralf Dahrendorf (já mencionados na Nota 10): liberdade, eletividade, publicidade (ou transparência e, no limite, *accountability*), rotatividade (ou alternância), legalidade e institucionalidade.

Inovadores democráticos, entretanto, estão dispostos a ir além disso, enfrentando o desafio de pensar em critérios que enfoquem os graus de democratização da sociedade. Este é um desafio e tanto, pois é muito difícil medir o capital social (que é, praticamente, o único conceito político diretamente relacionável à morfologia e a dinâmica social). Ademais, o padrão de organização não guarda nenhuma relação de causalidade com o modo de regulação de conflitos, ainda que haja condicionamentos recíprocos entre ambos.

## **Liberais-políticos**

Liberais no sentido político do termo são os que tomam o fim da política como a liberdade (e não a ordem, como fazem todos os antidemocratas e, inclusive, alguns conservadores e liberais-conservadores (17), mesmo quando adeptos de doutrinas do liberalismo-econômico) (18). São os que tomam a democracia como valor universal e principal. Inovadores democráticos também a tomam assim, mas há uma distinção importante a ser feita entre ambos.

Enquanto os liberais (sempre no sentido político do termo) querem a continuidade do processo de democratização pelos meios próprios da democracia realmente existente (a democracia política, representativa e formal que vige em boa parte dos países do globo - conquanto que não para a maioria da população do planeta, que ainda vive sob regimes não-democráticos), os inovadores democráticos querem tensionar os limites da democracia representativa, defendendo, por certo, a democracia realmente existente contra todas as tentativas de autocratização do regime democrático, mas experimentando novas formas de democracia que sejam: mais distribuídas, mais interativas, mais diretas, com mandatos revogáveis, regidas mais pela lógica da abundância do que da escassez, mais vulneráveis ao metabolismo das multidões e mais responsivas aos projetos comunitários, mais cooperativas, mais diversas e plurais (não admitindo apenas uma única fórmula internacional, mas múltiplas experimentações locais). Trata-se, neste caso (dos inovadores democráticos), de manter a democracia que temos para alcançar as democracias que queremos (de vez que em autocracias não é possível

radicalizar ou democratizar a democracia e sim, apenas, nos regimes democráticos formais). Os inovadores democráticos acreditam que as novas democracias que poderemos ter não nascerão de um aperfeiçoamento interno das democracias que temos, mas precisam da liberdade fornecida por estas últimas para nascer e se desenvolver.

Os liberais-políticos, infelizmente, estão em falta no Brasil atual. Boa parte dos que hoje se dizem liberais são conservadores, quando não aderentes à narrativas retrógradas, nacionalistas e, inevitavelmente, estatistas. Alguns abraçaram o anticomunismo militante (na *vibe* da guerra fria: sim, todo militante político, dito de esquerda ou de direita, é um agente temporão da guerra fria) e o ultraconservadorismo nos costumes (na base da guerra cultural anti-gramsciana, uma invenção da nova direita americana (19) da primeira década do século 21, importada para o Brasil por gente como Olavo de Carvalho), a pretexto de combater o globalismo, o islamismo (assumindo a hipótese do choque de civilizações), o multiculturalismo, as ideologias de gênero e de raça e o politicamente correto, aderindo ao discurso fabricado pela chamada *alt-right* ou coisa pior (como as tenebrosas elucubrações tradicionalistas sobre um plano de Deus para a humanidade, que pressuporia, ao ver de seus autores, a mitificação do abstrato conceito de nação, o localismo não-cosmopolita, do tipo *America First*, quando não ideologias ainda mais excludentes, como a ideologia-raiz do *Front Nacional* de Le Pen, que era uma interseção evidente com o fascismo).

Além disso, uma parte dos que se dizem liberais, mas não o são realmente (no sentido político do termo), aderiu ao trumpismo (20), apoiou o Brexit

e outras iniciativas retrógradas (ou retrogradadoras). Foi o caso mais recente do MBL - Movimento Brasil Livre, uma importante articulação da sociedade brasileira que cumpriu papel destacado no processo de impeachment do governo petista de Dilma Rousseff, convocando manifestações de rua.

O fato é que, além dos auto-proclamados liberais que decaíram para diversas formas de conservadorismo antidemocrático ou não-democrático, mesmo os liberais-econômicos (de verdade) não avançaram, em sua maioria, para o liberalismo-político, sobretudo porque não apreenderam o *genos* da democracia, na linha (imaginária) da "tradição" de pensadores democráticos (ou pró-democráticos) como Althusius, Spinoza, Rousseau, "Públios" (Alexander Hamilton, John Jay e James Madison), Paine, Tocqueville, Mill, Dewey, Arendt, aos quais se juntaram, depois, Lefort, Castoriadis, Maturana, Sen, Rancière e vários outros. Não chegaram nem a entender ideias básicas como "a sociedade aberta" (Karl Popper), "liberdade negativa" (Isaiah Berlin), "consenso sobreposto" (John Rawls) e igualdade enquanto "virtude soberana" (Ronald Dworkin) - que inspiraram, em alguma medida, o projeto democrático da Europa Unida.

### **Inovadores democráticos**

Inovadores democráticos são uma minoria numérica insignificante no Brasil de hoje e alhures. Aliás, liberais-políticos também. No artigo [Os democratas serem foram minoria](#) (21) já tratamos do assunto e

explicamos por que é assim e sempre foi assim (inclusive no berço ateniense). Vale repetir:

*Foi assim na Atenas dos séculos 5 e 4 a. C., na Inglaterra do século 17 e nos países atuais que têm regimes representativos (como o Brasil). O papel dos democratas é o de serem agentes fermentadores da formação da opinião pública, não o de convencer individualmente a maioria da população de suas ideias (o que seria impossível e, de resto, inútil).*

*Fermento não é massa. As opiniões privadas da maioria da população não são favoráveis à democracia: mesmo quando formalmente declarem que apoiam a democracia, as pessoas – depois de 5 a 6 milênios de impregnação autocrática – carregam um conjunto de crenças e preconceitos autoritários que frequentemente entram em choque com a ‘democracia como ideia’ (para usar uma expressão de John Dewey) (22).*

De qualquer modo, democratas - no sentido pleno e forte do termo - são os liberais-políticos e os inovadores democráticos, sendo que os populistas não-autoritários e os democratas formais (classificados aqui na terceira categoria) também podem ser enquadrados dentro do campo democrático, ainda quando tentem se aproveitar da democracia e apenas se dar bem na vida, vivendo dos salários e auferindo outras benesses associadas à representação política, ainda que tenham fortes traços estatistas nas suas apreensões do fazer político (como os chamados social-democratas, por exemplo, que são mais propriamente estatal-

democratas) e - muita atenção aqui! - ainda que pratiquem a corrupção endêmica na política. Este último e mau costume tradicional dos políticos (tão antigo quanto qualquer política) causa imensa confusão nas mentes autoritárias e nos cérebros dos analfabetos democráticos, seja porque eles não sabem exatamente do que se trata (ou seja, não têm a menor noção do que é a democracia), seja porque seu moralismo (sempre imoral em política) imagina que a democracia seja uma utopia, um modelo de sociedade ideal, perfeita, reta e pura, não aceitando que a democracia é o regime das pessoas comuns, com todos os seus defeitos, curvaturas e impurezas ou sujeiras; ou seja, que a democracia não é o regime dos honestos e sim dos que não desejam viver sob o jugo de um senhor - como definiu Ésquilo (472 AEC), em *Os Persas*, no primeiro registro escrito sobre a democracia, referindo-se aos atenienses da sua época: eles *“não são escravos, nem súditos de ninguém”*.

Péricles, nunca é demais lembrar, foi acusado, durante sua longa vida pública, pelo menos, de três delitos: falta de decoro (pela sua associação com Aspásia, maldita pelos oligarcas como prostituta), de corrupção (em razão de desvios de recursos na construção ou decoração do Partenon) e de nepotismo (por ter nomeado um filho para um cargo público). Honestos - verdadeiros Varões de Plutarco - eram os autocratas espartanos, como Leônidas e Lisandro. Este último, aliás, foi um rei espartano que, associado aos oligarcas (incluindo alguns ex-discípulos de Sócrates e um tio de Platão) - que chamavam a si mesmos de patriotas, como observou Popper (1944), no primeiro volume de *A sociedade aberta e seus inimigos* (23), porque queriam voltar ao "estado paterno" e tinham

a aspiração de implantar antigas formas de vida mais estáveis, em estrita observância da religião, da decência, da lei e da ordem - desferiu um golpe sangrento contra a democracia de Atenas.

Faz-se necessário dizer ainda mais algumas palavras sobre os pouquíssimos atuais (e esperançosamente futuríveis) inovadores democráticos. Inovadores democráticos também são liberais no sentido político do termo. Liberais são, por definição, anti-estatistas (tomando o estatismo no sentido político do termo e não apenas no seu sentido econômico). Além de repisar os temas óbvios: livre mercado, redução da participação do Estado na economia, reformas, responsabilidade fiscal, corte de impostos e privatização - que deveriam constar da pauta obrigatória de qualquer liberal (não exclusivamente dos liberais-políticos), os inovadores democráticos estão preocupados, principalmente, com a defesa da democracia e com a continuidade do processo de democratização (da sociedade, do Estado e do padrão de relação Estado-sociedade). Por causa disso estão focados em uma série de temas inovadores que ainda não entraram na pauta dos liberais como, por exemplo: a crise e os limites da democracia representativa e a experimentação de novas formas mais interativas de democracia numa emergente sociedade-em-rede; o federalismo e a crise do Estado-nação; a superação da contraposição localismo não-cosmopolita (tipo *"America First"*) x globalismo e a realidade emergente da glocalização; a superação da contraposição estiolante monoculturalismo x multiculturalismo: rumo à inevitável (e desejável) miscigenação cultural; a inadequação da classificação e da divisão das forças políticas em esquerda x direita; e o

envelhecimento da divisão entre visões mercadocêntricas e estadocêntricas do mundo: a sociedade como forma autônoma (subsistente por si mesma) de agenciamento, além (ou ao lado) do mercado e do Estado.

## RESUMO E CONCLUSÃO

A classificação proposta no presente artigo parece ter uma potência analítica maior do que as abordagens usuais que costumam classificar as forças políticas usando o espectro formal extrema-direita, direita, centro-direita, centro, centro-esquerda, esquerda e extrema-esquerda (que na verdade não diz nada, posto que esse esquema pode ser aplicado a quaisquer ambientes, nos quais sempre encontraremos alguém mais à esquerda ou mais à direita sobre algum tema); ou usando o espectro ultraconservadores, conservadores, liberais-conservadores, neoliberais, libertários, social-democratas, socialistas reformistas ou revolucionários (baseado mais em adesão a doutrinas do que em comportamentos políticos); ou, ainda, como faz Pappas, em antidemocratas, nativistas, populistas e liberais. Vejamos.

Ao fazer a distinção entre autocratas reacionários e "revolucionários", a classificação proposta deixa claro o que deveria ser óbvio: que ambos são antidemocráticos e conservadores (ou seja, que supostos revolucionários também são antidemocratas e conservadores do ponto de vista da democracia).

Ao fazer a distinção entre populistas e neopopulistas, a classificação proposta revela que não existe apenas um tipo de populismo, senão três: o populismo autoritário, o populismo não-autoritário (que caracteriza a maior parte da chamada "classe política", posto que endêmico na atividade política) e o neopopulismo (sobretudo latino-americano),

explicando melhor as diferenças entre esses diversos comportamentos políticos. A compreensão dessas diferenças permite separar, tanto para razões de análise, quanto para propósitos políticos, os políticos corruptos não-autocráticos (boa parte dos políticos tradicionais, que cometem crimes comuns), dos políticos corruptos autocráticos (os neopopulistas, que cometem, além de crimes comuns, crimes políticos contra a democracia).

Outra potencialidade da classificação proposta é que ela permite captar transições de uma categoria para outra. Por exemplo, autocratas "revolucionários" podem aderir à via neopopulista (como estamos assistindo, neste momento, com as FARC - que estão virando uma espécie de PT colombiano) (24).

Ao fazer a distinção entre populistas não-autoritários e democratas formais, a classificação aventada aqui reconhece que, apesar das suas diferenças de comportamento, ambos devem ser situados no campo democrático, na medida em que - mesmo usando indevidamente, ilegitimamente ou ilegalmente, a democracia - nenhuma dessas forças políticas tem por finalidade abolir o regime democrático ou alterar o seu genoma (ou a sua natureza). Populistas do campo democrático podem até degenerar a democracia, contribuir para o apodrecimento do sistema político e causar enormes prejuízos à população, mas não podem autocratizar a democracia, fazendo-a retrogradar para regimes em transição autocratizante ou protoditaduras ou para ditaduras. Ou seja, um Berlusconi jamais fará o que fez um Mussolini, um José Sócrates jamais fará o que fez um Salazar (depois da chegada dos primeiros ao poder,

Itália e Portugal continuaram sendo democracias, enquanto que depois da chegada dos segundos, não). Não há um caso na história de democracias que viraram ditaduras em razão do aumento do número de corruptos (comuns) por metro quadrado. Para tanto é necessário projeto político organizado e socialmente enraizado, o que os populistas do campo democrático não têm porque não é do seu interesse matar "a galinha dos ovos de ouro" ou destruir o seu ganha-pão ou meio de vida.

Adicionalmente, ao criar a categoria de democratas formais, a presente classificação reconhece a existência de forças políticas expressivas do campo democrático que não são populistas. Os democratas formais são o principal sustentáculo do regime democrático, não porque tenham uma compreensão da democracia no seu sentido forte - como os minoritários liberais-políticos e os inovadores democráticos - e sim porque mantêm a convicção de que o Estado de direito é como se fosse "sagrado" e, assim, não pode ser violado. A maior parte das instituições da democracia representativa é composta por democratas formais (ou, pelo menos, pela cultura que foi difundida nessas instituições: não fosse ela, o regime democrático já teria sido desfeito, no Brasil e em vários países considerados plenamente ou defeituosamente democráticos). A presença de democratas formais na maioria do judiciário e dos meios jurídicos em geral, em parte do ministério público, nos tribunais de contas, nas agências reguladoras, na burocracia governamental como um todo e, sobretudo, nas forças armadas e, parcialmente, nos parlamentos e em alguns partidos, é o que garante a sobrevivência do regime democrático.

Por último, ao criar a categoria dos liberais-políticos e dos inovadores democráticos, a presente classificação é capaz de captar a existência, na sociedade, das forças vivas que podem reinventar mais uma vez a democracia, impedindo que a fórmula inventada pelos modernos no século 17 fique congelada e inadequada às novas condições impostas pela emergência de uma sociedade-em-rede. Como todo o sistema político foi pensado e desenhado para a intervenção de poucas pessoas no debate público, o aumento vertiginoso dos interagentes políticos (proporcionado, entre outras coisas, pela internet, pelas mídias sociais e pela telefonia celular) revela as suas limitações, aguçando a crise da representação política e as defasagens das formas tradicionais de verificação da vontade política coletiva. Se, há trinta anos, não muito mais do que cinco mil pessoas participavam regularmente do debate público no Brasil e, agora, mais de um milhão de pessoas interagem politicamente, não tendo havido neste período, nenhuma modificação significativa do sistema capaz de absorver tal avalanche interativa, é quase óbvio que toda a estrutura jurídico-política ficará obsoleta em pouco tempo, não conseguindo mais expressar ou responder à dinâmica da sociedade. É mais ou menos como ocorreria com uma cidade, cujos sistemas de habitação e transporte, educação e saúde, água e saneamento, fornecimento de energia e coleta de lixo, emprego e assistência social, desenhados para atender a poucos milhares de pessoas, fosse de repente invadida por milhões de novos habitantes. Colapso na certa.

Mas a classificação apresentada neste texto também faz uma importante distinção entre os liberais-políticos e os inovadores democráticos. A

existência de liberais-políticos é o que impede os democratas formais de se engessarem, adotando uma atitude conservadora em relação às formas políticas pretéritas. São eles, aliás, que fornecem uma narrativa, compreensível e aceitável pelos democratas formais, de que a democracia é um processo de democratização, um projeto inacabado (e inacabável) e não a preservação de um modelo. São eles a ponte entre os inovadores democráticos e o sistema político democrático, que são olhados com desconfiança - ou como meros sonhadores, nefelibatas, teóricos sem senso prático - pelos democratas formais. Sem os liberais-políticos, o sistema político democrático decairia rapidamente para a *realpolitik* - o que acabaria subordinando a liberdade aos imperativos de manutenção da ordem ou mesmo sacrificando a liberdade em nome da segurança (como estão fazendo, ou estão na iminência de fazer, muitos grandes e pequenos países democráticos neste momento, além dos USA, na União Europeia e em outros lugares).

### **Graus de perigo dos diferentes adversários da democracia**

Como conclusão da argumentação exposta neste artigo, resta examinar os graus de perigo para a democracia dos seus diferentes adversários.

Os neopopulistas e os populistas autoritários (que estão na categoria 2) são os mais perigosos para a democracia no curto prazo, sendo que os primeiros - representados pelo PT - são ainda mais ameaçadores na medida em que têm projeto estratégico de poder formulado, narrativa ideológica verossimilhante (e convincente) estruturada, organização

política verticalizada (abrigo em seu seio uma organização criminosa que não foi desbaratada pela operação Lava Jato e congêneres), enraizamento social consolidado ao longo de três décadas (sobretudo nas universidades, meios de comunicação, centrais, sindicatos e associações profissionais, meios artísticos e culturais, grandes bancas de advocacia, organizações não-governamentais, burocracias de organismos internacionais etc.), militância organizada e combativa, agentes infiltrados ou alocados, ostensiva ou ocultamente, em postos-chave de todos os poderes (sobretudo nos tribunais superiores e no ministério público), apoio de parte considerável dos velhos caciques da política, apoio empresarial (ainda que não-declarado, depois do processo do petrolão), recursos financeiros de monta espalhados em uma rede de contas fantasmas em nome de laranjas e de *offshores* e articulação internacional (com os países bolivarianos e outras protoditaduras e ditaduras - com destaque para Cuba e Rússia) com uma gama de organizações políticas e sindicais de esquerda em todo o mundo.

Os populistas autoritários, como os bolsonaristas, podem surpreender no curto prazo (dificilmente repetindo a façanha Trump, como alegam ou almejam seus fiéis), mas sua ameaça maior é no médio prazo: se não for contido o crescimento da turbamulta vil e protofascista de apoiadores orgânicos de Bolsonaro, o problema será o que fazer com eles diante de um revez eleitoral.

Os autocratas "revolucionários" (que estão na categoria 1) são decadentes e não oferecem grande perigo no curto prazo, nem mesmo no médio e

longo prazos, ainda que possam fazer alguma diferença apoiando os neopopulistas nos embates atuais.

Os autocratas reacionários (que também estão na categoria 1) são um perigo maior no médio prazo, sobretudo quando se associam aos populistas autoritários (como é o caso, no Brasil, do olavismo fornecendo narrativa para o bolsonarismo e, no futuro próximo, quem sabe, para outro movimento aventureiro com propósitos autocráticos).

Nenhuma dessas forças políticas, acima mencionadas, devem ser consideradas (pelos democratas) como *players* válidos da democracia. São adversárias da democracia e quando disputam qualquer coisa aproveitando-se dos espaços fornecidos pela democracia é sempre com a intenção de aboli-la como modo de regulação. Todas essas forças adotam modos guerreiros de regulação de conflitos, ainda que a guerra que praticam (até agora) seja fria ou refratada como política adversarial (na *fórmula-inversa* de Clausewitz-Lenin, da política como continuação da guerra por outros meios).

Não se pode deixar de registrar que todos os militantes que são ditos ou se auto-declaram de direita ou de esquerda, estão no campo autocrático. Assim, a classificação direita x esquerda não serve para quase nada do ponto de vista da democracia.

Dentre os que não são adversários da democracia (e que, portanto, estão situados no campo democrático e não no campo autocrático pela presente classificação), a grande maioria não está suficiente convicta da democracia para defendê-la dos seus reais adversários. Essa maioria é

composta pelos políticos usuais, que não têm fortes razões para colocar em risco suas carreiras ao se oporem abertamente aos fortíssimos neopopulistas e a outros adversários da democracia. Aliás, é o contrário: como o PT depositou seus ovos dentro da carcaça podre do velho sistema político, ao praticar seus crimes políticos (para violar a democracia) acabou envolvendo em diversos crimes comuns os políticos tradicionais (25), que agora ficaram expostos à investigação dos órgãos de controle do Estado. Uma parte desses políticos, sobretudo os caciques regionais, quer desesperadamente encontrar uma fórmula para escapar da polícia e da justiça e está olhando com bons olhos a volta do lulopetismo ao comando do governo, com a eleição de Lula (ou de algum seu preposto) em 2018. Lula tem prometido a esses caciques corruptos que eles poderão ser salvos caso ele seja eleito e ainda está prometendo que eles poderão continuar a praticar a política como sempre fizeram (na condição de caciques). Ou seja, a despeito do seu discurso revolucionário, o projeto neopopulista é o principal projeto de manutenção da velha política.

Os diferentes adversários da democracia no Brasil podem ser classificados, como vimos, em quatro diferentes grupos. Destes, os mais perigosos são os neopopulistas.

## NOTAS E REFERÊNCIAS

(1) Cf. <http://dagobah.com.br/os-diferentes-adversarios-da-democracia-liberal/>

(2) Cf. <http://dagobah.com.br/democracia-nao-e-eleicao/>

(3) O tema do novo populismo latino-americano (sem a caracterização mais precisa, como neopopulismo, já foi tratado, magistralmente, por Enrique Krauze (2006), no artigo Os dez mandamentos do populismo. Disponível em <http://dagobah.com.br/a-praga-do-populismo/> e também, mais recentemente, por Moisés Naím (2017), no artigo Manual do populismo, disponível em <http://dagobah.com.br/manual-do-populismo/>

(4) Cf. <http://dagobah.com.br/o-fantasma-do-globalismo/>

(5) Cf. <http://dagobah.com.br/quem-e-a-nova-direita-hoje-no-brasil/>

(6) <http://dagobah.com.br/decifrando-a-via-neopopulista/> Considerando a importância do artigo, acima linkado, para a compreensão deste texto, convém reproduzi-lo aqui:

Decifrando a via neopopulista

Augusto de Franco, Dagobah, 03/04/2017

Por que o neopopulismo não pode ser barrado apenas pelas urnas

1 – A via neopopulista é a manipulação do processo eleitoral para impedir a rotatividade (ou alternância) democrática.

2 – No limite, ela pode fraudar as eleições, sim, mas o que ela quer é tornar desnecessária inclusive a fraude pelo uso da democracia contra a democracia,

com o aparelhamento e a degeneração das instituições e a mesmerização das massas a partir de um líder com alta gravitatem.

3 – Onde a via neopopulista se consolidou é muito difícil removê-la eleitoralmente.

4 – Nem sempre dá certo, é claro. Na Argentina, não deu, porque faltou enraizamento social (havia contradições na sua base sindical de apoio) e porque a líder (Cristina Kirchner) era fraca. Além disso, a tradição do velho populismo peronista, por incrível que pareça, de certo modo dificultou o novo projeto neopopulista de estilo bolivariano (não, populismo e neopopulismo não são a mesma coisa). O kirchnerismo, se não era mais um peronismo clássico, também não chegou a ser um bolivarianismo, como o chavismo e nem mesmo como o lulopetismo.

5 – Em todos os outros lugares nos quais a via neopopulista se implantou suficientemente, foi impossível barrá-la somente pelas urnas. No Brasil também seria: não fossem as ruas, Dilma ainda estaria no governo e seria substituída por Lula. Se Dilma tivesse mais dois anos de mandato – decisivos para consolidar o projeto petista – o PT continuaria no governo: até 2018 e muito além.

6 – Assim, Rafael Correa, depois de ficar 10 anos no governo do Equador, foi substituído agora (com fraude ou não) por um Lenin Moreno (cujo nome já é uma revelação), mas seria sucedido por qualquer outro bolivariano. O mesmo ocorre com Evo Morales, na Bolívia e com Daniel Ortega na Nicarágua: ou eles não sairão do poder ou serão substituídos por outros partidários do bolivarianismo.

7 – A via neopopulista se aproveita de uma falha estrutural da democracia representativa: a falta de proteção eficaz contra o uso da democracia

(notadamente das eleições) contra a própria democracia. A “metodologia” é simples:

Fase 1) um líder carismático – neopopulista – vence as eleições;

Fase 2) o líder neopopulista se reelege pela primeira vez;

Fase 3) o governo controlado pelo partido do líder neopopulista conquista maioria no parlamento (se não pelas urnas, alugando parlamentares com expedientes como o mensalão, pressionando-os com os chamados movimentos sociais que atuam como correias de transmissão do partido oficial ou coagindo-os com processos mafiosos de intimidação);

Fase 4) tendo maioria congressual, o governo neopopulista promove uma alteração da Constituição para poder obter mais mandatos sucessivos; ou

Fase 5) o líder neopopulista fabrica um sucessor (como fez Lula com Dilma, Correa com Moreno, mais ou menos repetindo o esquema que Putin operou com Medvedev);

Fase 6) o líder neopopulista (ou seu sucessor fabricado) fica no governo tempo suficiente para fazer maioria em todas as instituições decisivas para manter uma correlação de forças favorável ao seu projeto (em especial nos tribunais superiores e, se der, nas Forças Armadas e no aparato de segurança do Estado; em alguns casos funda guardas pretorianas e organiza milícias);

Fase 7) o governo neopopulista estabelece um controle partidário-governamental sobre a mídia e a internet.

8 – Chegado a esse ponto, dificilmente tal governo neopopulista será removido pelas urnas. Não porque fraudará os resultados eleitorais (só o fará em último caso), mas porque tudo foi desenhado para que não seja mais necessário cometer esse tipo de fraude tosca.

9 – Usar as eleições contra a democracia é um modo de se vacinar contra resultados desfavoráveis das urnas. É um ataque direto ao coração da democracia. Mas o caminho do neopopulismo é autocratizar a democracia, não de uma vez, por meio de um golpe clássico de Estado ou a partir de um movimento brusco de força e sim pouco a pouco, pela via eleitoral: degenerando as instituições da democracia representativa, violando a legalidade (as normas do Estado de direito), abolindo a rotatividade (ou alternância), suprimindo a publicidade (ou transparência) para, por último, restringir as liberdades. O neopopulismo latino-americano inaugurou assim uma nova geração de golpes de Estado (o golpe em doses homeopáticas).

10 – O objetivo do projeto neopopulista é conquistar hegemonia sobre a sociedade a partir do Estado aparelhado pelo partido, para nunca mais sair do governo.

(7) Cf. <http://dagobah.com.br/uma-nova-geracao-de-golpes-de-estado/>

(8) Cf. <http://dagobah.com.br/a-politica-da-pureza-ou-e-autocratica-ou-leva-sempre-a-autocracia/>

(9) Cf. Freedom in the world 2016: <http://dagobah.com.br/freedom-in-the-world-2016/> e Democracy Index 2016: <http://dagobah.com.br/4405-2/>

(10) A FH considera dois indicadores básicos: Direitos Políticos e Liberdades Cívicas. A EIU considera cinco indicadores: Processo Eleitoral e Pluralismo, Funcionamento do Governo, Participação Política, Cultura Política e Liberdades Cívicas. Por mais distintos que sejam os critérios adotados por diferentes pesquisadores da democracia, todos concordariam sobre o seguinte: os critérios da legitimidade democrática de

Dahrendorf não podem ser violados em países que adotam regimes considerados democráticos: Liberdade, Eletividade, Publicidade (ou transparência e, no limite, *accountability*), Rotatividade (ou alternância), Legalidade, e Institucionalidade. Numa democracia, seja qual for o critério adotado por diferentes centros de pesquisa: 1) A liberdade (de ir e vir, de imprensa, no ciberespaço, de reunião e de manifestação, de organização social e política e, inclusive, de empreender e ter propriedades) não pode ser violada, nem restringida (sob qualquer pretexto); 2) A eletividade (o direito de eleger seus representantes para governar ou elaborar as leis – executivo e legislativo – e de ser eleito para essas funções) não pode ser violada, restringida ou fraudada. Aqui cabe um comentário: esse critério é necessário, porém não suficiente para caracterizar um regime como democrático (democracia não é eleição: a maioria das ditaduras que remanescem hoje em dia promovem eleições); 3) A publicidade ou transparência (capaz de ensejar uma efetiva *accountability*), ou seja, a inexistência de opacidade e de segredo nos negócios de Estado, deve estar garantida por mecanismos eficazes; 4) A rotatividade ou alternância também devem ser observadas: os mandatos constituídos por representação ou nomeação devem ser limitados no tempo, não podendo um governante se prorrogar no posto (mesmo que a reeleição para vários mandatos consecutivos ou alternados seja inserida na Constituição, como vem ocorrendo nos regimes bolivarianos); 5) A legalidade deve ser mantida, o que exige um judiciário independente e um conjunto de leis democraticamente aprovadas (inclusive uma Constituição elaborada por um parlamento constituinte legitimamente eleito). É o chamado Império da Lei, expressão utilizada para dizer que não há império de uma pessoa e que os habitantes do país são cidadãos e não súditos de ninguém; 6) A institucionalidade, garantida por um conjunto de instituições que funcionem com a sua dinâmica própria e tenham proteções suficientes para não serem invadidas por interesses empresariais, corporativos ou partidários e político-eleitorais. Isso significa, por exemplo, não transformar as instituições em palcos de disputa de hegemonia, onde um partido ou coligação de partidos tentem conquistar maioria para converter essas instituições em correias de transmissão de suas vontades ou diretivas políticas,

como ocorre nos processos de aparelhamento do Estado (com a indicação de militantes partidários para ocupar os cargos das diversas instituições).

Cf. <http://dagobah.com.br/ralf-dahrendorf-e-a-legitimidade-democratica/>

(11) Cf. <http://dagobah.com.br/estado-de-direito-e-sinonimo-de-estado-democratico/>

(12) Cf. <http://dagobah.com.br/churchill-e-a-democracia-como-valor-universal/>

(13) Cf. <http://dagobah.com.br/um-exemplo-de-como-sao-conservadores-os-nossos-liberais/> E ainda: <http://dagobah.com.br/ah-esses-nossos-liberais/>

(14) Cf. <http://dagobah.com.br/para-ser-uma-noruega/>

(15) Cf. <http://dagobah.com.br/por-que-o-combate-a-corrupcao-pode-ser-mais-nefasto-do-que-a-propria-corrupcao/>

(16) Cf. <http://dagobah.com.br/seja-voce-tambem-um-jacobino/>

(17) Cf. <http://dagobah.com.br/conservadorismo-liberalismo-economico-e-democracia-2/>

(18) Cf. <http://dagobah.com.br/conservadorismo-liberalismo-economico-e-democracia-3/>

(19) Cf. <http://gatesofvienna.blogspot.com.br/2006/06/political-correctness-revenge-of.html>

(20) Cf. <http://dagobah.com.br/o-trumpismo-no-brasil/>

(21) Cf. <http://dagobah.com.br/os-democratas-sempre-foram-minoria/>

(22) Para entender a diferença entre opinião pública e soma das opiniões privadas leia o artigo <http://dagobah.com.br/opiniao-publica-nao-e-a-soma-das-opinioes-privadas-da-maioria/>

(23) POPPER, Karl (1944). A sociedade aberta e seus inimigos, volume 1. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. O texto pode ser baixado no seguinte link: <https://redes.org.br/wp-content/uploads/2018/01/A-sociedade-aberta-e-seus-inimigos-volume-1-Karl-Popper-1944.pdf>

(24) Cf. <http://dagobah.com.br/a-fundacao-do-pt-colombiano/>

(25) Cf. <http://dagobah.com.br/uma-analise-do-que-esta-ocorrendo-no-brasil/>